

**Nagel, pampsiquismo, biopsiquismo e realismo moral:
é possível um direito natural cósmico?**

*Nagel, pampsiquism, biopsychism and moral realism:
Is a natural cosmic right possible?*

Anderson Luiz do Vale Fonseca

Mestrando pela Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, Minas Gerais, Brasil.

andersonvalefonseca@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4194290267131319>

Resumo

No presente artigo argumentamos que os fatos morais dependem da realidade da consciência. Por esse viés, abordamos, então, que apenas seres sencientes dotados de razão estão aptos a conhecer os valores objetivamente. Considerando a teoria do Pampsiquismo, que afirma ser a consciência uma propriedade essencial da matéria, analisamos a possibilidade de que se organismos subjetivos evoluírem em outros sistemas solares alcançando a racionalidade, poderiam ter a mesma percepção das leis naturais que o homem tem. Nesse contexto, a existência de um direito natural cosmológico é viável. Analisamos, portanto, o realismo moral sob a ótica do Pampsiquismo, segundo Thomas Nagel. Em contraste, examinamos também o Biopsiquismo. Concluimos que o conhecimento do valor terá interpretações distintas para cada uma das teorias da mente.

Palavras-chave: Biopsiquismo. Pampsiquismo. Realismo Moral. Thomas Nagel.

Abstract

In this article we argue that moral facts depend on the reality of consciousness. For this reason, we approach, then, that only sentient beings endowed with reason are able to know the values objectively. Considering the theory of Pampsychism, which states that consciousness is an essential property of matter, we analyze the possibility that if subjective organisms evolve in other solar systems reaching rationality, they could have the same perception of natural laws that man has. In this context, the existence of a natural cosmological right is viable. We therefore analyze moral realism from the perspective of Pampsychism, according to Thomas Nagel.



In contrast, we also examine Biopsychism. We conclude that knowledge of value will have different interpretations for each of the theories of the mind.

Keywords: Biopsychism. Panpsychism. Moral Realism. Thomas Nagel.

1 Introdução

O realismo moral é uma doutrina que afirma que os fatos morais são valores objetivos. De acordo com esse argumento a validade de uma verdade moral não é subjetiva, ou seja, não está fundamentada na perspectiva restrita de um indivíduo, mas é um juízo de valor independente e que abarca um ponto de vista externo sobre qual ação *deve* ser cumprida. Há, portanto, fatos morais cujo valor não resulta propriamente dos desejos e crenças pessoais. Em outros termos, se um fato moral se estrutura de modo tal que a relação entre as premissas e a conclusão é uma relação necessária, então é válido objetivamente. Consideremos a seguinte ordem argumentativa (GOMES, 2007, p. 107):

- P1. A ação *y* é nociva ao ser humano.
- P2. Para todo *x* vale: se *x* é uma ação que é nociva ao homem, então não *deve* fazê-lo.
- C: Logo, não se *deve* realizar *y*.

Neste exemplo, caso substituamos *y* por “mentira”, teremos um juízo normativo válido. O que importa na análise de tais proposições é que a estrutura resultante não é atribuída a aspectos subjetivos, mas a propriedades morais objetivas como bem e mal. Ou seja, o argumento “não se deve mentir, pois é nocivo às relações humanas” é um juízo moralmente aceito por todos aqueles que tem a faculdade reflexiva e crítica a respeito do que é o certo e o errado na conduta humana.

É essa capacidade cognitiva e racional da percepção do valor que, no presente artigo, iremos analisar segundo o pensamento do filósofo Thomas Nagel nas obras *Mortal Questions* (1979), *A Última Palavra* (1998), *Visão de Lugar Nenhum* (2004) e *Minds and Cosmos* (2012). Ao longo destas obras, Nagel reitera, no tema da ética, a ideia de que o raciocínio prático por estar comprometido em perceber o valor bruto, é uma faculdade cognitiva irreduzível à uma explicação naturalista. Sua afirmação apoia-se, ao que tudo indica, no Pampsiquismo, teoria segundo a qual a consciência é um aspecto irreduzível da matéria fisicamente organizada em sistemas vivos (NAGEL, 1979, p.181-182; 2004, p. 48). Se a consciência é um fenômeno observável em animais, argumenta Nagel, eles devem ter alguma percepção do valor, do que é bom e mau, porém, apenas organismos como o ser humano que desenvolveram a faculdade cognitiva de reflexão e a autoconsciência reconhecem as razões para



buscar o que é benéfico e evitar o que é nocivo e, finalmente, estabelecer uma ética normativa que regule a vida em sociedade (2012, p. 117).

Assim, na visão do Pampsiquismo, qualquer sistema solar em que a vida tenha se desenvolvido a consciência será um aspecto desse organismo e, por isso, caso evolua até a formação de sistemas cognitivos complexos, como o homem, tais sistemas serão capazes de razão prática. Considerando que a razão prática é a base para o direito natural, é de pressupor que onde houver vida inteligente, haverá capacidade para reconhecer a lei natural (NAGEL, 2001, p. 161). Se isto for verdadeiro, ainda que hipoteticamente, então é possível imaginar a existência de um direito natural cósmico. Do contrário, a posição antirrealista, que nega a realidade objetiva de categorias morais, garantindo que a verdade moral e valorativa é resultante de disposições subjetivas, será a explicação normativa mais adequada (NAGEL, 2004, p. 237-246). No entanto, não podemos descartar que a consciência objetiva está vinculada à estrutura biológica emergente. Em síntese, organismos com sistemas neurais mais desenvolvidos que os do ser humano podem ter uma percepção distinta do valor bruto. Podemos imaginar, por exemplo, uma espécie alienígena inteligente cuja experiência da dor não é similar ao do homem. Nesse aspecto, um direito natural cosmológico é contestável.

Neste artigo, argumentamos que a perspectiva nageliana do realismo moral é assegurada somente se a razão prática se segue *necessariamente* da emergência de organismos conscientes como o homem. Em vista disso, nosso raciocínio estrutura-se desse modo: primeiro abordaremos duas premissas em que é baseado o pampsiquismo, a premissa do antirreducionismo e a do realismo, em seguida analisamos o valor moral na obra de Thomas Nagel e a relação com a consciência.

2 O pampsiquismo

O filósofo Thomas Nagel no célebre artigo Panpsychism, publicado no livro *Mortal Questions*, afirma que o Pampsiquismo é “a visão de que os constituintes físicos básicos do universo têm propriedades mentais, sejam eles partes ou não de organismos vivos” (1979, p. 181, tradução nossa). Essa teoria seria resultante de quatro premissas simples:

- i. Composição material, segundo a qual, qualquer organismo vivo consiste num arranjo especial de componentes físicos.
- ii. Não-reducionismo, que assevera que os estados mentais comuns não são implicados pelas propriedades físicas do organismo.
- iii. Realismo ou a visão de que “estados mentais são propriedades do organismo”.



- iv. Não-emergentismo ou o entendimento de que “não existem propriedades verdadeiramente emergentes de sistemas complexos”.

Da relação entre as quatro premissas, Nagel conclui:

Se as propriedades mentais de um organismo não estão implicadas por quaisquer propriedades físicas, mas devem derivar de propriedades dos constituintes do organismo, esses constituintes devem ter propriedades não-físicas das quais a aparência das propriedades mentais segue quando a combinação é do tipo certo. Como qualquer matéria pode compor um organismo, toda matéria deve ter essas propriedades. E como a mesma matéria pode ser transformada em diferentes tipos de organismos com diferentes tipos de vida mental (dos quais encontramos apenas uma pequena amostra), ela deve ter propriedades que impliquem o aparecimento de diferentes fenômenos mentais quando a matéria é combinada em diferentes modos (1979, p. 182, tradução nossa).

Essa inferência é produto do monismo nageliano, cujo pensamento é a de que a matéria contém aspectos não-físicos, ou protomentais¹, dos quais, quando os componentes físicos são agrupados para compor um organismo, este sistema terá uma consciência fenomenológica. De acordo com tal argumento, a consciência é uma propriedade fundamental da matéria. Em razão disso, as propriedades protomentais são a condição para o surgimento das faculdades mentais em organismos.

Contudo, as propriedades mentais dependem da combinação adequada das partes físicas, ou seja, mesmo que gerem um sistema vivo complexo como o homem, é possível que tal sistema não apresente nenhum vestígio de consciência. O sistema pode ser fisicamente ordenado e se comportar de maneira a simular uma vida mental, mas, na verdade, não ter um mundo interior. Esse organismo sem experiência qualitativa é um zumbi² porque as partes não estão dispostas corretamente. Ter uma consciência é a condição para que sistemas complexos desenvolvam faculdades mentais como o pensamento abstrato.

É relevante destacar que, para Nagel, a mente se segue *necessariamente* de eventos físicos quando os componentes estão dispostos na ordem certa. Estar na ordem correta significa, no sentido estrito, ter um cérebro. Ou melhor, organismos com sistemas neurofisiológicos *necessariamente* terão estados mentais. Assim, segundo o autor:

¹De acordo com David Chalmers, uma propriedade protomental é uma qualia em estado potencial que quando combinada com outras qualias potenciais – na forma certa – constituem uma qualia fenomenal. Ver CHALMERS, David. *Panpsychism and Panprotopsychism*. AmherstLecture in Philosophy 8, 2013. Disponível em: <http://consc.net/papers/panpsychism.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

²Ver LEAL-TOLEDO, Gustavo. *O Argumento dos Zumbis na Filosofia da Mente: são zumbis físicos logicamente possíveis?* 2005. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.



[...] embora obviamente não seja conceitualmente necessário que estados mentais conscientes estejam ligados a um estado neurofisiológico específico, afirmo que existem tais conexões e que elas são realizadas necessariamente (NAGEL, 2000, p. 435, tradução nossa).

Esse argumento evidencia a oposição de Thomas Nagel à ideia de um vínculo contingente entre eventos físicos e estados mentais, para ele a mente tem uma conexão necessária com os eventos físicos que ocorrem no cérebro. A possibilidade de zumbis, isto é, de seres idênticos ao homem, mas desprovidos de consciência é, então, descartada (NAGEL, 2000, p. 443).

Ademais, de acordo com o monismo nageliano, os estados mentais são atributos do organismo (NAGEL, 2004, p. 48). Isso motiva a acreditar que haja diferentes sistemas vivos com propriedades mentais, no universo. Mas tais sistemas devem atender à condição básica de possuir uma estrutura neurofisiológica. No caso de organismos, por exemplo, similares ao homem, podemos presumir que desenvolverão faculdades cognitivas, como, por exemplo, a racionalidade. A condição, entretanto, para que estas faculdades apareçam em uma entidade biológica, está conectada, no mínimo, a duas das quatro premissas do pampsiquismo, a do antirreducionismo e a do realismo.

O Antirreducionismo é a perspectiva de que propriedades mentais não podem ser reduzidas às propriedades físicas. Esse raciocínio é explorado por Thomas Nagel (1974), no ensaio *What is it like to be a bat?*, em que defende ser o fisicalismo falso por não ser capaz de descrever as experiências subjetivas (os *qualia*) de animais, como o morcego. Na concepção do filósofo, a subjetividade é irreduzível a uma descrição física. Entretanto, para ele, se um morcego tem alguma subjetividade e, se além dele e do próprio homem, outros animais também, então as propriedades mentais são um aspecto fundamental do mundo. Deste modo, argumenta Nagel: “uma coisa pode ter dois conjuntos de propriedades essenciais mutuamente irreduzíveis, o mental e o físico” (2004, p. 48, tradução nossa).

O argumento da irreduzibilidade das propriedades mentais se torna imprescindível para quando Nagel afirma que não somente os fenômenos mentais, mas também os processos cognitivos são inexplicáveis pela teoria fisicalista darwiniana. Consequentemente, se a consciência é uma qualidade essencial, então é possível que outras formas de vida complexas desenvolvam faculdades cognitivas superiores.

Somos enfim levados à premissa do Realismo, cuja assertiva é de que “a mente é um produto biológico” (2004, p.48). Se a consciência como a experienciamos é resultante da combinação de propriedades profenomenais em uma ordem precisa, é notório a relação entre a emergência de sistemas biológicos e consciência, de modo tal que, se conclui que se é um organismo deverá ter uma



subjetividade. Essa é a ótica de Nagel, mas também é a do Biopsiquismo, cujo argumento central é: [...] “se algo é um organismo, é senciente” (THOMPSON, 2018, p. 4, tradução nossa).

O Biopsiquismo, que toma a célula (a unidade mínima de vida) como modelo, pode ser dividido em duas versões, forte e fraca: a versão forte afirma que todo e qualquer organismo é senciente; a versão fraca afirma que nem todo organismo é senciente³. Em uma breve abordagem, pode-se dizer que o Pampsiquismo e o Biopsiquismo têm um ponto em comum: a ideia de que somente organismos são conscientes. Divergem, ao que parece, quanto a concepção de mente e aos problemas teóricos. Porém, sobre tal diferença não iremos aqui comentar, até porque não é o objetivo desse artigo. Nosso foco é a proposição da consciência como um atributo estritamente biológico.

Se a subjetividade é um aspecto irreduzível de sistemas vivos, ela é, então, uma propriedade não emergente, ou melhor, derivada diretamente das propriedades protomentais dos componentes físicos do organismo (NAGEL, 1979, p. 182). O que significa, de acordo com o Pampsiquismo, que onde a matéria agrupar-se para constituir entidades biológicas, a existência de seres sencientes é viável. Como o próprio Nagel diz: “Sem dúvida, ocorre de inúmeras formas totalmente inimagináveis para nós, em outros planetas, em outros sistemas solares, em todo o universo” (1979, p. 166, tradução nossa).

Assim, ao considerar que os fenômenos mentais são um produto biológico fica aberta a possibilidade de entidades subjetivas desenvolverem a mesma, senão correlata, percepção das qualidades morais. Por esse ângulo, a ética normativa seria um evento universal, que se manifesta em formas de vida elevadas similares ao homem. Com efeito, um jusnaturalismo cosmológico é, em tese, admissível.

3 Realismo moral e consciência

O realismo moral, como já dito, é a posição de que os atos são moralmente certos ou errados, independentemente da perspectiva individual (BAGGINI & FOSL, 2008, p. 208; NAGEL, 2004, p. 230). Mas, não há valor moral objetivo sem que antes esteja acompanhado de uma experiência sensorial em relação ao prazer e a dor. De fato, sob esta ótica, o argumento subjetivista, para o qual os juízos morais objetivos são somente aspectos de nossas disposições psicológicas, chega parecer genuíno; contudo, para Nagel é um raciocínio enganoso (NAGEL, 2004, p. 236). O que se pretende

³Ver LAU, Hakwan. *Why I am not a biopsychist* Disponível em: <https://inconsciousnesswetrust.blogspot.com/2020/05/why-i-am-not-biopsychist.html>. Publicado em May 14, 2020. Acesso em: 24 de novembro de 2020.



dizer, francamente, é que seres sencientes ao experienciarem o prazer e a dor, em formas variadas, desenvolvem, no curso do tempo, uma moralidade sob um ponto de vista objetivo.

Por exemplo, dois estudos diferentes feitos com ratos mostram que além de apresentarem empatia pela dor do semelhante também são capazes de aversão a danos físicos. A primeira, realizada pela Universidade de Chicago, conduzida pela neurocientista Inbal Ben-Ami Bartal⁴, envolve um experimento feito com ratos presos em gaiolas. Em síntese, ela deixou um rato livre em uma arena e o outro preso em uma gaiola. Consequentemente, um dos ratos ao ver a situação do companheiro ficava motivado a abrir a todo custo a porta de contenção até então entender como funcionava e, então, conseguir libertá-lo. Segundo a neurocientista a explicação mais aceitável para esse comportamento altruísta é que os roedores livres estavam buscando acabar com o sofrimento do companheiro preso.

O segundo estudo analisa a aversão a danos físicos, um comportamento tipicamente humano, em que a pessoa evita machucar o outro. A pesquisa do Instituto Holandês de Neurociência, coordenada por Julen Hernandez-Lallement⁵, em um teste com ratos, concluiu que eles têm, assim como os seres humanos, a mesma região do cérebro responsável pela empatia - o Córtex Cingulado Anterior (CCA) - ou seja, são capazes de evitar de ferir um semelhante. O experimento consistia em dar aos ratos uma escolha entre duas alavancas que podiam pressionar para receber doces, até que desenvolvessem preferência por uma delas. Em seguida, os cientistas alteraram o sistema para que quando a alavanca preferida fosse pressionada e o rato recebesse o doce, um companheiro próximo levasse uma estimulação elétrica desagradável no pé. Ao ver o sofrimento do vizinho, o rato parava de usar a alavanca favorita visto que obter os doces significava machucar o outro, especialmente se era um rato com quem tinham compartilhado a gaiola.

No entanto, a experiência subjetiva da dor do próximo não é redutível a uma explicação física como atribuída pela neurociência a correlação entre estados mentais e estados cerebrais. Em outras palavras, o sentimento de dor do rato em relação ao mesmo de sua espécie não é ontologicamente idêntico aos estados físicos do cérebro. Mas a reação empática do roedor demonstra haver uma

⁴Ver BARTAL, Inbal Ben-Ami; DECETY, Jean; MASON, Peggy. *Empathy and Pro-Social Behavior in Rats*. Science, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1126/science.1210789>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

⁵Ver HERNANDEZ-LALLEMENT, Julen et al. *Harm to Others Acts as a Negative Reinforcer in Rats*. Current Biology 30, 949–961, March 23, 2020. Published by Elsevier Ltd. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cub.2020.01.017> Acesso em: 29 de novembro de 2020.



discriminação comum entre o prazer como bom e a dor como má em seres sencientes. Portanto, há sentido em dizer que organismos subjetivos têm aptidão para o valor. De acordo com Thomas Nagel:

Quando o eu objetivo contempla a dor, tem que fazê-lo por meio da perspectiva do sofredor, e a reação do sofredor é muito clara. É claro que ele quer se livrar *dessa dor* de maneira irrefletida, não porque acha que seria bom reduzir a quantidade de dor no mundo. Ao mesmo tempo, porém, sua consciência de como a dor é ruim não envolve essencialmente a noção de dor como algo seu. O desejo de se ver livre da dor tem como único objeto a dor. [...] quando a considero de um ponto de vista objetivo, o ego não se interpõe entre a dor e o eu objetivo. Minha atitude objetiva perante a dor é tomada com razão da atitude imediata do sujeito e naturalmente assume a forma de uma avaliação da própria dor, mais do que um simples juízo acerca do que seria razoável que o padecente quisesse: “*Essa experiência não deve continuar não importa quem a tenha*” (2004, p. 268) (grifo do autor).

Tal afirmação leva a pressupor que os roedores teriam algum tipo básico de *eu objetivo*, como sugere as duas pesquisas. Em contrapartida, é pertinente frisar que a empatia sendo um fenômeno comportamental observável com frequência em mamíferos, possa também estar presente em determinados grupos de insetos cooperativos como formigas e abelhas⁶. Se presumirmos que sim, então a senciência é uma condição básica para que o animal tenha algum tipo, mesmo que rudimentar, de conhecimento do valor. Segue-se disso que talvez exista uma conexão *necessária* entre valor e senciência.

Não estamos querendo com isso dizer que animais como ratos e insetos têm raciocínio prático. Trata-se até então de uma analogia entre a perspectiva objetiva do homem com a perspectiva subjetiva do animal. De certo modo, pode-se argumentar que sistemas vivos cuja neurofisiologia é complexa, como a das abelhas ou dos camundongos, terão um sentimento de dor como mau e de prazer como bom, e, apoiado nisso, desenvolverão uma noção de certo e errado, algo como “ter prazer é certo”, e, “ter dor é errado”. Essas experiências incitam a buscar como agentes intencionais (que agem em vista de algo) o *bom* e evitar o *mau*. Thomas Nagel, a respeito disso, escreve:

Qual é a verdadeira história do valor no mundo, na medida em que somos conscientes dela? Nada neste domínio pode ser considerado óbvio, mas, em seu sentido mais amplo, parece coincidir com a história da vida. Primeiro, com o surgimento da vida mesmo em suas formas mais primitivas, vem à existência entidades que têm um bem e para o qual as coisas podem ir bem ou mal. Mesmo uma bactéria tem um bem nesse sentido, em virtude de seu próprio funcionamento, enquanto uma rocha não tem. Eventualmente, no curso da história evolutiva, aparecem seres conscientes, cujas vidas experienciais podem ir bem ou mal de maneiras que nos são familiares. Mais tarde, alguns descendentes desses seres, capazes de reflexão e autoconsciência,

⁶Ver CLARK, Carla. *Do Insects Have Emotions and Empathy?* Brain Blogger, 2015. Disponível em: <http://www.brainblogger.com/2015/06/26/do-insects-have-emotions-and-empathy/> Acesso em: 29 de novembro de 2020.



passam a reconhecer o que acontece com eles como bom ou mau e a reconhecer as razões para perseguir ou evitar essas coisas. Aprendem a pensar sobre como essas razões se combinam para determinar o que devem fazer. E, finalmente, desenvolvem a capacidade coletiva de pensar nos motivos que podem ter que não dependem apenas do que é bom ou ruim para eles. Isto começa com a vida de outros seres como eles mesmos, mas a questão pode ser estendida para o bem e o mal onde quer que se encontre, na vida de outras criaturas conscientes e, talvez, até mesmo em formas de vida desprovidas de experiência consciente. Os motivos para a ação se aplicam apenas aos seres com razão, e o valor pode ser reconhecido como a explicação das motivações que temos, mas o conceito de valor tem um espectro de aplicação muito mais amplo do que isso. *Só seres capazes de razão prática podem reconhecer o valor, mas uma vez que o reconhecem, o encontram na vida de criaturas sem razão prática.* No sentido mais amplo, provavelmente é coextensivo à vida, embora quanto desse valor nós, humanos, tenhamos motivos para nos ocuparmos é uma questão que eu deixarei em aberto. Parece bastante simples afirmar que o valor gera razões que afetam somente as vidas conscientes (2012, p. 117-118, tradução nossa) (grifo nosso).

Aqui, a interpretação nageliana, aparentemente (pam)protopsiquista – para a qual alguns componentes básicos têm propriedades protomentais e, só quando estão agrupados corretamente na composição de um organismo manifestam fenômenos mentais, o que acarreta na exclusão de estruturas não-vivas como tendo atributos não-físicos – induz ao pensamento de que senciência e valor estão necessariamente correlacionados. Além disto, afirma que a evolução natural leva ao surgimento de entidades dotadas de raciocínio prático, aptas a reconhecerem o valor não somente em outras formas de vida, como até mesmo em formas destituídas de subjetividade. Mas seria o conhecimento do valor em organismos conscientes, independente do modo como as partes físicas estão ajustadas, ou estaria ligado às especificidades biológicas?

Para Nagel, o valor é contingente às características fenotípicas do organismo. Segundo ele:

Se o valor está ligado à vida, seu conteúdo dependerá de formas particulares de vida, e as razões mais destacadas que temos dependerão, mesmo em uma concepção realista, de nossa própria forma de vida. É assim que uma explicação realista pode incorporar uma das coisas que fazem o subjetivismo parecer mais plausível, a saber, o fato de que *o que consideramos auto-evidentemente valioso é, na maioria das vezes, dependente das especificações biológicas de nossa forma de vida.* O bem e o mal humanos dependem, no primeiro caso, de nossos apetites naturais, emoções, capacidades e vínculos interpessoais. Se fôssemos mais como as abelhas ou os leões, o que nos parece bom seria muito diferente [...] (NAGEL, 2012, p. 119, tradução nossa) (grifo nosso).

Sua teoria se aproxima do Biopsiquismo no sentido de que a senciência está intrinsecamente vinculada ao corpo. Enquanto no dualismo de propriedades, defendido por Nagel, mente e corpo são dois aspectos mutuamente irreduzíveis de uma mesma substância (2004, p. 48), na abordagem biopsíquica são atributos inseparáveis de um único ser (THOMPSON, 2018, p. 4; GODFREY-



SMITH, 2016, p. 487). No entanto, o filósofo apenas pretende dizer, no contexto do pamprotopsiquismo, que o ponto de vista em primeira pessoa *depende* do arranjo material (NAGEL, 1979, p. 166-167), e não que é um *efeito* do metabolismo do organismo (GODFREY-SMITH, 2016, p. 489). Em suma, ambas as teorias convergem para um mesmo ponto: a mente está conectada *necessariamente* à vida; por isso, é natural concluir que diferentes formas de vida terão distintas percepções do valor.

Ora, se o fenômeno mental é uma propriedade de seres biológicos, a evolução darwiniana precisa ser compreendida como um estofa para o aparecimento de criaturas dotadas de razão. Isso também significa dizer que a própria racionalidade pertence “a uma categoria mais geral de mente” (NAGEL, 2001, p. 163). Em outras palavras, Thomas Nagel acredita que, qualquer espécie viva que tenha evoluído a ponto de atingir o nível do pensamento deverá empregar os mesmos métodos básicos de lógica. Contudo, mesmo que uma forma de vida desenvolva a racionalidade, seu ponto de vista dependerá de suas características morfológicas e fisiológicas.

Assim, chegamos ao argumento central desse artigo: a própria possibilidade de entidades sencientes em outros sistemas solares induz a acreditar que a razão prática se desenvolve do mesmo modo e, ainda que não, é aceitável pressupor que o valor real pertence à objetividade dos fenômenos mentais. Nessa ótica, se a racionalidade é um evento universal, existe a possibilidade de que toda e qualquer forma de vida inteligente entenda de modo parecido, as leis naturais. Por outro lado, ainda sendo a racionalidade um evento universal, as características fenotípicas podem suscitar diferenças na perspectiva do indivíduo, com efeito, o entendimento sobre as leis naturais será determinado pela espécie. Independentemente disso, a percepção objetiva do valor moral se sucederá em ambos os contextos (NAGEL, 2012, p. 119-120). Em suma, o realismo moral nageliano é assegurado pela devida realidade das propriedades mentais.

4 Da hipótese de um jusnaturalismo cosmológico

A princípio, é importante sublinhar que um conceito de valor que toma como base a dor e o prazer desvirtua o sentido do realismo moral. Os fatos morais não resultam da subjetividade do indivíduo, porque, de outro modo, impossibilitaria um ponto de vista externo sobre qual ação *deve* ser realizada, em vez disso, a perspectiva realista do valor moral acontece independente da primeira pessoa. Isso, contudo, não exclui que os valores morais estão vinculados às formas de vida orgânica. O que pretendemos dizer é que a perspectiva objetiva dos valores morais resulta do desenvolvimento



da razão prática, e esta faculdade cognitiva variará conforme a entidade biológica. Sobre essa conexão entre valor bruto e sistemas vivos, Nagel escreve:

Seria errado tentar encontrar um denominador comum, como prazer e dor, para integrar em uma única concepção realista os diversos valores que são gerados por todas as formas de vida existentes, sem mencionar as imagináveis. Em vez disso, o valor deve ser visto como plural: o âmbito do valor real, se existe tal coisa, é tão rico e complexo quanto a variedade de formas de vida, ou pelo menos de vida consciente. Do mesmo modo que a maioria dessas vidas são apenas vagamente acessíveis desde o interior ao nosso entendimento, assim o valor que elas geram, positivo e negativo, ultrapassa amplamente nossa compreensão. Também não está claro quantas razões diferentes esses valores podem gerar, como é óbvio, a partir dos valores que reconhecemos em formas de vida humanas diferentes das nossas. E quem sabe que formas inimagináveis de vida e seus valores associados existem em outras partes do universo que não estão relacionadas conosco por um ancestral comum? Porém, como o realismo de valor pode incorporar razões relacionadas ao agente para a ação, o reconhecimento do que é objetivamente valioso na vida de uma criatura não estabelece automaticamente a questão de quais razões ela implica para as ações de outra (2012, p. 116, tradução nossa).

Suponha, consoante a esse ponto de vista, que o cefalópode, um molusco capaz de consciência fenomenológica (GODFREY-SMITH, 2019; MATHER & CAREERE, 2016) tivesse evoluído a ponto de desenvolver a racionalidade, é plausível que, a partir das experiências subjetivas (*feeling qualities*), ele reconhecesse o valor em outras entidades biológicas? A evolução o presentearia com a racionalidade prática? Embora seja difícil responder positivamente essa questão, caso aceitemos sua possibilidade somos induzidos à crença na objetividade do realismo moral, inclusive, se alcançassem a racionalidade, não perceberiam os mesmos valores, até porque está conectada às qualidades fenotípicas.

Agora, considere que a sociedade de superespartanos ou superestoicos, imaginada por Putnam (2002, p. 49) – uma comunidade na qual os adultos têm a habilidade para suprimir com sucesso todos os comportamentos de dor involuntários, de tal modo que mesmo sofrendo interiormente uma terrível dor, expressem o sentimento com voz calma – após milhares de anos os descendentes não apenas suprimiram o termo “dor” do vocabulário, como também não se vê nenhum comportamento que evidencie dor irrefletida. Perderiam também, com o tempo, a capacidade de identificar a dor em outras criaturas? Se tornariam também incapazes de perceber o valor bruto?

Assim como Nagel, para Chalmers (2019), as qualidades positivas e negativas, como os estados conscientes de prazer e dor, não são justificativas apropriadas para o status moral. Em sua perspectiva, se a entidade biológica é consciente, ainda que certos estados qualitativos como prazer e dor estejam ausentes, é suficiente para o reconhecimento de seu valor moral. Ele propõe, como



ilustração, o experimento mental do dilema do bonde, porém, com vulcanos, uma espécie humanoide da série Star Trek. Os vulcanos, de forma parecida com os superespartanos, são incapazes de experimentar dor ou prazer, no entanto, são aptos para outras formas de experiência subjetiva consciente. A partir disso, Chalmers nos leva a imaginar o seguinte cenário: suponha que há um homem consciente em um trilho e cinco vulcanos no outro. Devemos desviar o bonde para matar os cinco vulcanos a fim de salvar o humano, apenas tomando como base o fato de os vulcanos não sentirem dor nem prazer? A resposta do filósofo é não. Se vulcanos são conscientes tal como os humanos, dor e prazer se tornam critérios arbitrários para a validação moral do ato.

Podemos imaginar outra situação proposta também pelo autor: em um trilho do trem temos um humano consciente e no outro cinco zumbis (seres idênticos aos humanos, mas desprovidos de experiência consciente). Devemos desviar, nesse caso, o bonde para matar cinco zumbis, porque não teriam nenhuma forma de consciência? Jamais. Se, são organismos vivos, a existência deles tem importância. Não sabemos, porém, como responder se, em vez de zumbis, fossem andróides (robôs com inteligência artificial que mimetizam a aparência e o comportamento humano). Na hipótese de a IA alcançar a consciência artificial teríamos a obrigação de protegê-la (BASL & SCHWITZGEBEL, 2019) ⁷.

Tendo em vista que a consciência é uma propriedade fundamental da matéria e está conectada à vida, então, diferentes entidades biológicas serão sencientes e, portanto, com distintas percepções do valor. Mas é importante destacar que, segundo o pampsiquismo, a consciência não evolui, o que desenvolve é o organismo e suas capacidades naturais (KASTRUP, 2020). Nesse caso, organismos sencientes que desenvolveram faculdades cognitivas como a racionalidade, estarão aptos a conhecer o valor bruto. Segundo Nagel: “Se o realismo [moral] é verdadeiro, a razão prática é uma de nossas faculdades cognitivas” (2012, p. 116, tradução nossa) [destaque nosso]. Essa afirmação nos leva a pensar que qualquer forma de vida inteligente que habite outros sistemas solares, além do próprio homem, tem um status moral. A incerteza é se se trata de valores próximos. Se a resposta for positiva, então é possível um jusnaturalismo cosmológico. Se negativa, uma sociedade como a idealizada por Gene Roddenberry⁸ permanecerá utópica.

⁷Ver também: *Does conscious AI deserve rights?* Big Think, 2020. Disponível em: <https://bigthink.com/videos/does-conscious-ai-deserve-rights>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

⁸ Gene Roddenberry se tornou célebre por ter criado a série de ficção científica Star Trek, nos anos 1960. Com a série, ele propagou a ideia de uma Federação Unida dos Planetas, inspirada na ONU, regido pelos mesmos valores de igualdade, liberdade, paz e cooperação. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/United_Federation_of_Planets Acesso: em 18 de janeiro de 2021.



Este é o ponto que nos interessa quando se trata de formas de vida extraterrena inteligentes: qual a perspectiva que elas têm da objetividade moral em diferentes organismos? Agiriam exatamente como imaginou Stephen Hawking, em 2010, como colonos explorando a espécie humana, do mesmo modo que Cristóvão Colombo com os nativos americanos? Ou tais civilizações teriam avançado não somente na incorporação de novas tecnologias como também nos direitos naturais?⁹ Se considerarmos que a Declaração de Cambridge sobre a Consciência, de 2012, que afirma que os animais não-humanos também são conscientes, pode-se dizer que a humanidade avançou quanto ao modo de se relacionar com as demais espécies. Entretanto, imaginar que entidades biológicas extraplanetárias podem alcançar o mesmo conhecimento do valor é atirar no escuro. Chalmers, por exemplo, não considerou no experimento do bonde se, em vez de um humano decidir qual vida poupar, fosse um vulcano. Que escolha realizaria? Sacrificar um da mesma raça ou os cinco humanos?

5 Considerações finais

A realidade do valor está vinculada à realidade das propriedades mentais, essa é a conclusão do presente artigo. Na ótica nageliana, o realismo compreende que os fatos físicos e os fatos não-físicos estão inclusos no mundo, o que quer dizer que uma descrição naturalista será incompleta porque há eventos que estão além da explicação objetiva. Por exemplo, a existência da consciência fenomenológica assinala que os aspectos mentais são irreduzíveis aos aspectos físicos, isto é, a matéria contém duas propriedades fundamentais: o mental e o físico.

Esse argumento é o cerne da teoria do Pampsiquismo, no entanto, somente em seres biológicos a senciência se manifesta. Já para a teoria do Biopsiquismo, a mente não está nos componentes materiais, mas nas unidades mínimas de vida, as células, e a combinação entre elas é que gera seres conscientes. Ambas as teorias coincidem na ideia de que apenas organismos terão consciência fenomenológica. O que nos leva a outro ponto abordado neste artigo: havendo entidades sencientes, então também haverá uma percepção do valor. Por isso, a possibilidade de espécies com faculdades cognitivas superiores terem um senso convergente sobre as leis naturais, ser viável.

Em contrapartida, para que o argumento do realismo moral seja legítimo, achamos importante a elaboração de experimentos de pensamento a fim de imaginar situações em que seja testado. Um exemplo idealizado é o dilema do vagão de trem, por David Chalmers, com seres humanos e zumbis, e também com algumas espécies da obra de ficção científica *Star Trek*, como vulcanos. A finalidade,

⁹ Ver SHERMER, Michael. *O mito do alienígena mal intencionado*: Por que Stephen Hawking está errado sobre o perigo da inteligência de extraterrestres? Scientific American Brasil, 2016. Disponível em: <https://sciam.com.br/o-mito-do-alienigena-mal-intencionado/> Acesso em: 15 de janeiro de 2021.



claramente, foi verificar, de forma hipotética, se seres inteligentes teriam a mesma perspectiva objetiva do valor ou se ela muda conforme as características morfológicas e fisiológicas. A depender da abordagem, o realismo normativo pode ser verdadeiro, ou, a posição subjetivista também esteja certa, o que iria requerer uma visão mais ampla da moralidade.

Referências

BAGGINI, Julian; FOSL, Peter S. *As Ferramentas dos Filósofos: Um compêndio sobre conceitos e métodos filosóficos*. Ed. Loyola, São Paulo, 2008.

GODFREY-SMITH, Peter. *Mind, Matter, and Metabolism*. *Journal of Philosophy*, Vol. 113. p. 481-506, 2016. Doi:10.5840/jphil20161131034.

GOMES, Nelson Gonçalves. *Princípios morais, Argumentação e Particularismo*. *Revista Veritas*, Porto Alegre, Vol. 52 n. 1, p. 166-170, 2007.

KASTRUP, Bernardo. *Consciousness Cannot Have Evolved: The sooner we acknowledge it, the sooner we'll solve the hard problem of consciousness*. The Institute of Art and Ideas, 2020. Disponível em: <https://iai.tv/articles/consciousness-cannot-have-evolved-auid-1302> Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

NAGEL, Thomas. *Mortal Questions*, Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. *What is it like to be a bat?* In *Mortal Questions*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 165-180, 1979.

_____. *Panpsychism*. In *Mortal Questions*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 181-195, 1979.

_____. *A Última Palavra*. Trad. Carlos Felipe Moisés. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____. *Visão a Partir de Lugar Nenhum*. Trad. Silvana Pereira. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Mind and Cosmos: Why the Materialist Neo-Darwinian Conception of Nature is Almost Certainly False*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SCHWITZGEBEL, Eric; BASL, John. *Why A.I. robotics should have the same ethical protections as animals: If A.I.s are as smart as mice or dogs, do they deserve the same rights?* Big Think, 01 May, 2019. Disponível em: <https://bigthink.com/amp/robotics-2636047629>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

THOMPSON, Evan. *Biopsychism, Minimal Life, and Sentience*. *Foundations of Animal Sentience*, Nov, 2018. Disponível em: <https://psa2018.philsci.org/74-program/program-schedule/abstract/public/352/biopsychism-minimal-life-and-sentience>. Acesso em: 08 de julho de 2020.



Recebido: 15/01/2021

Aceito: 21/03/2021